

Veja como fiscalizar gastos públicos pela Internet

Como e onde o governo aplica os recursos arrecadados com os impostos? Quanto cada município recebe e gasta para cuidar da saúde e da educação dos seus cidadãos? Para ter a resposta a essas e outras perguntas, o cidadão pode recorrer à rede mundial de computadores, a Internet. É possível, pelas páginas oficiais dos órgãos públicos acompanhar licita-

ções, despesas com viagens e previsões orçamentárias.

Além de uma seleção de endereços eletrônicos para encontrar informações sobre a administração dos recursos, o Especial Cidadania traz uma entrevista com o senador João Capiberibe (PSB-AP), autor do projeto sobre transparência nas contas públicas. Para Capiberibe, ao tomar conhecimento dessas informações o

cidadão pode fiscalizar a destinação dos recursos. A proposta também atende, conforme o senador, o que prevê a Constituição, no *caput* do artigo 37: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.”

Capiberibe defende gestão transparente

O projeto do senador João Capiberibe (PSB-AP) obriga todos os gestores de recursos públicos do país a divulgarem, pela Internet, com atualização permanente, a execução orçamentária e financeira sob sua responsabilidade, em todas as esferas do Legislativo, Executivo e Judiciário (PLS 130/03).

Durante sua gestão como governador do Amapá, Capiberibe implantou a página *Gestão do Dinheiro Público* (www.amapa.gov.br), com todas as contas do seu governo. Nessa entrevista ao *Jornal do Senado*, o senador explicou a iniciativa e a importância da sua proposição.

Como a população respondeu à iniciativa de veiculação das contas do governo no Amapá via Internet?

A implantação propiciou a qualquer cidadão amapaense, que tenha um computador pessoal, acompanhar detalhadamente o fluxo de receitas e despesas realizadas pelo poder público no estado. Num primeiro momento, houve dificuldade, pois as pessoas não estavam preparadas para interpretar as informações originais que eram divulgadas pelo sistema de administração orçamentária e financeira do governo. Porém, os setores mais organizados da sociedade têm feito um melhor uso dessas informações desde o início. São entidades que trabalham com questões de saúde e de educação, por exemplo, e que usam as informações para acompanhar o desempenho do estado nessas áreas.

Relatórios de execução orçamentária são de difícil compreensão. O seu projeto define a forma como as informações serão apresentadas à população?

Em princípio, as pessoas menos familiarizadas com os trâmites da administração pública poderão ter dificuldades, como ocorreu no Amapá. O projeto determina que os empenhos emitidos pelo sistema financeiro-

orçamentário sejam expostos na Internet em tempo real. Empenho é uma nota por meio da qual o governo descreve as informações relevantes sobre uma despesa, como descrição do bem ou serviço a ser pago, quem o fornecerá, qual a modalidade de licitação utilizada, o valor unitário, a quantidade e o total da compra. Enfim, são informações que permitem ao interessado rastrear a origem e o destino da despesa.

Qual foi o custo de implantação do sistema no Amapá? Será viável para a União, os estados e todos os municípios adotarem o sistema?

Não haverá custo para os entes públicos que já tenham sistemas de administração financeira e orçamentária informatizados. Isso porque os próprios servidores separam a base de dados que utilizam e que vai ser tornada pública por meio de um *link* desse sistema para uma página na Internet. No Amapá, esse custo foi irrisório.

O seu projeto prevê penalidades ao administrador que não implantar o sistema?

Sim, a que já conta com seu sistema de administração do orçamento informatizado teria um ano para tornar pública essa base de dados. Aquelas que ainda não informatizaram seu sistema teriam dois anos para fazê-lo. Os administradores que não o fizerem nesses prazos deverão responder por improbidade administrativa.



Roosevelt Pinheiro

FISCALIZAÇÃO Capiberibe propõe divulgar orçamento pela Internet

Senado cria sistema que facilita controle do Orçamento

O cidadão brasileiro poderá saber o que foi feito com o dinheiro arrecadado aos cofres do Tesouro Naci-

onal por meio de um sistema que não exige conhecimentos de informática. Trata-se do Sistema de Informações Gerenciais Avançadas (Siga), usado pelos técnicos da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (Conorf) para esmiuçar os orçamentos públicos. Com o sistema, o que estava disperso em vários bancos de dados e acessível apenas às

instâncias do governo, como o Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) do Tesouro Nacional, o Sidor (Sistema Integrado de Dados Orçamentários) da Secretaria de Orçamento Federal e o Selor (Sistema de Elaboração Orçamentária do Legislativo) do Congresso Nacional, estará disponível a quem acessar o *site* do Senado.

INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS NA INTERNET

LEGISLATIVO

Câmara dos Deputados – gastos da Casa no <http://www.camara.gov.br/internet/contas/>

Comissão Mista de Orçamento – tramitação das contas do governo, projetos orçamentários, relatórios de contas do TCU, emendas parlamentares ao orçamento, entre outras informações. <http://www.camara.gov.br/cmo>

Senado Federal – acesso aos contratos, compras e avisos de licitação <http://www2.senado.gov.br/contratos/contratos.htm>

Conorf – vasto material sobre o

Orçamento da União, incluindo cartilhas para quem quer entender como o orçamento é feito. <http://www2.senado.gov.br/orcamento/>

Tribunal de Contas da União – relatórios e pareceres sobre as contas do governo, situação das obras com indícios de irregularidades e muito mais.

Contas públicas – gerenciado pelo TCU, reúne as execuções orçamentárias e financeiras dos estados e municípios conforme prevê a Lei 9.755/98. <http://www.contaspublicas.gov.br>

EXECUTIVO

Controladoria Geral da União – banco de denúncias, acompanhamento orçamentário, balanço geral da União, entre outras.

<http://www.presidencia.gov.br/cgu/>

Tesouro Nacional – traz, entre outras informações, os repasses feitos aos entes da Federação. http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – entre outras informações, o Plano Plurianual 2004-2007. <http://www.planejamento.gov.br/>

Compras e serviços – contratos e licitações feitos pelo governo federal e acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais. <http://www.comprasnet.gov.br/>

Ministério da Ciência e Tecnologia – despesas empenhadas. <http://www.mct.gov.br/empenho/Default.htm>

www.mct.gov.br/empenho/Default.htm

Ministério da Saúde – traz os valores financeiros transferidos para os estados e municípios e onde eles estão sendo aplicados. <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/recsus/rsmmap.htm>

Ministério da Educação – reúne os relatórios com os programas e os repasses dos recursos no *site* <http://www.fnde.gov.br/>

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – reúne farto material sobre a administração pública, incluindo relatórios, balanços fiscais e legislação. <http://www.federativo.bndes.gov.br>

Banco Central – traz informações que ajudam a esclarecer a política econômica adotada pelo governo. <http://www4.bcb.gov.br/?FAQECONOMIA>

JUDICIÁRIO

Supremo Tribunal Federal – na opção Licitações, traz editais, contas públicas e relatórios de gestão fiscal. <http://www.stf.gov.br>

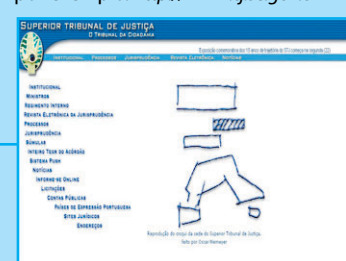
Superior Tribunal de Justiça – na opção Contas Públicas, reúne demonstrativos de gastos com compras, contratos, relatórios de gestão e resumo orçamentário. <http://www.stj.gov.br>

Tribunal Superior Eleitoral – na opção Contas Eleitorais, é possível saber as despesas e receitas dos candidatos, entre outras informações. <http://www.tse.gov.br>

Tribunal Superior do Trabalho – na opção Contas Públicas, traz os contratos, compras, relatórios de

gestão e as informações sobre os gastos na construção da nova sede. <http://www.tst.gov.br/>

Tribunal de Justiça de Santa Catarina – mostra a prestação de contas pela Internet, incluindo ressarcimentos e gastos com telefonia, por exemplo. <http://www.tj.sc.gov.br>



SOCIEDADE CIVIL

As Claras – informações e análises sobre financiamento aos candidatos às eleições de 2002. <http://www.asclaras.org.br/>

Ong Transparência Brasil – indicadores, estudos e pesquisas sobre corrupção e assuntos correlatos. www.transparencia.org.br

Folha de S.Paulo – perfil e patrimônio declarados dos políticos brasileiros. <http://www.controlepublico.com.br>

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – projetos em curso no Congresso Nacional e acompanhamento da atuação parlamentar. <http://www.diap.org.br>

Instituto Ethos – oferece gratuitamente o *Guia Contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal* e o livro *O Combate à Corrupção nas prefeituras do Brasil*. <http://www.ethos.org.br>

Por intermédio do Siga, será possível obter informações sobre elaboração, execução, fiscalização e controle dos gastos públicos. Em fase final de implantação na Internet, o sistema deverá ser lançado em breve, de acordo com o responsável pela Conorf, Fábio Gondim. “É um primeiro passo para o controle social do orçamento federal”, diz ele.

Projeto do então senador José

Eduardo Dutra, atual presidente da Petrobras, prevê o acesso da sociedade civil ao Siafi. Pela proposta (PLS 124/99), as entidades representativas dos trabalhadores, órgãos de imprensa e organizações não-governamentais também poderão acessar os dados. Já aprovada pelos senadores, a proposição aguarda relatório na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara.